



014

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Recurso de Agravo nº 150633-6/02

Recorrente: International Air Transport Association - IATA

Recorrido: Des. Leopoldo de Arruda Raposo

Relator: Eurico de Barros Correia Filho

ACÓRDÃO

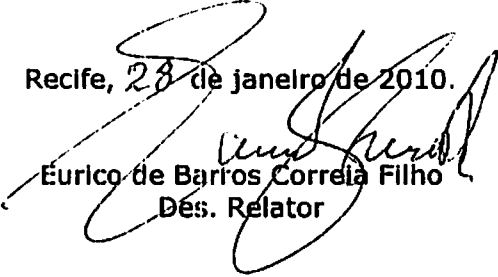
ACÓRDÃO

5522

EMENTA: Recurso de Agravo em face de decisão terminativa que decretou a perda de objeto de Mandado de Segurança em virtude do trânsito em julgado da decisão que determinou a conversão em agravo retido do agravo de instrumento interposto pela ora recorrente. Ação mandamental impetrada dentro do prazo decadencial previsto em nosso ordenamento jurídico. Reconhecimento por parte da doutrina e jurisprudência quanto à adequação da impetração de *mandamus* à hipótese em apreço. Possibilidade de ajulzamento de mandado de segurança em face da decisão que converte para a forma retida o recurso de agravo de instrumento. Precedentes do colendo Superior Tribunal de Justiça. Destrancamento do *writ* para posterior apreciação do mérito da causa. Provimento do recurso. Decisão à unanimidade de votos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Desembargadores que integram o 2º Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, conceder provimento ao presente recurso e, por conseguinte, determinar o destrancamento do mandado de segurança em apenso, conforme os votos constantes das notas taquigráficas anexas.

Recife, 28 de janeiro de 2010.


Eurico de Barros Correia Filho
Des. Relator

Tc



015

SEGUNDO GRUPO DE CAMARAS CIVEIS	
Recurso de Agravo nº: 150633-6/02 - Recife	
Recorrente: IATA - Internacional Air Transporte Association	
Recorrido: Des. Leopoldo de Arruda Raposo - Relator do Agravo de Instrumento nº 132906-6	
Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho	



IATA - Internacional Air Transporte Association interpôs o presente **Recurso de Agravo** contra a decisão terminativa proferida no **Mandado de Segurança nº 150633-6** (em apenso), impetrado em face de decisão do **Des. Leopoldo de Arruda Raposo - Relator do Agravo de Instrumento nº 132906-6**, que decretou a perda do objeto da ação mandamental em razão do implemento do trânsito em julgado sobre a terminativa prolatada no AI nº 132906-6 (fls. 845/846 - MS em apenso).

Registre-se que o MS foi impetrado contra a mencionada terminativa, proferida pelo Des. Leopoldo, que converteu o AI para a modalidade retida, e depois, apreciando pedido de reconsideração, confirmou o *decisum*, determinando, em seguida, a remessa dos autos ao juízo da causa.

A impetrante, ora recorrente, havia formulado pedido liminar no *writ*, fundando seu pleito na possibilidade de vir a ocorrer lesão grave e de difícil reparação. Explicitou, ainda, que a controvérsia instalada junto ao Juízo da 5ª Vara Cível da Capital em uma ação cautelar inominada, de altíssima relevância, não pode ficar adstrita ao exame exercido pelo julgador monocrático em sede de provimento definitivo (sentença).

Aduziu a requerente que a discussão envolve agências de viagens e companhias aéreas, repercutindo a decisão, em grau mais específico, em somas consideráveis, relativas a prestação de contas das vendas de bilhetes aéreos que são entregues pelas companhias às agências participantes do sistema "BSP - Billing Settlement Plan".

O "BSP - Billing Settlement Plan", que no Brasil é administrado pela impetrante, é um sistema de venda de passagens consistente em algumas fases. De início, as agências de viagem, na qualidade de meras depositárias, recebem das companhias aéreas bilhetes aéreos em branco, físicos e eletrônicos. Os bilhetes vendidos, então, são processados, e faturados seus respectivos valores, cabendo as agências prestarem conta às companhias aéreas e à IATA, repassando a quantia daquilo efetivamente vendido.

No caso do Brasil, o sistema foi flexibilizado com relação aos prazos para a realização dos repasses, que poderiam ser exigidos pelas companhias aéreas a qualquer tempo depois da emissão dos bilhetes.

Um acordo realizado entre o SNEA - Sindicato Nacional das Empresas Aeroviária e a ABAV - Associação Brasileira das Agências de Viagem, pôs e prática, desde março de 1990, o modelo que fixou em dez dias o prazo máximo para que os repasses fossem efetuados (fls. 111/112 - MS em apenso).

016

A IATA, através de circular remetida às agências em setembro/2005, comunicou a mudança do calendário de repasses, por decisão tomada unilateralmente, que passaria, a partir de 2006, do modelo decendial para um semanal (fls. 140 – MS em apenso), e justificou a medida, nas razões do writ, para se adequar à grave crise internacional que estaria se instalando no segmento aéreo internacional.

A modificação a ser implementada pelas companhias aéreas obrigou a ABAV a ingressar, no final de 2005, com a demanda cautelar para que o prazo de dez dias, em vigência desde o início dos anos 90, fosse preservado, sendo atendida mediante o deferimento do pedido (fls. 203/204v – MS anexado).

No AI nº 132906-6, bem assim no mandado de segurança, a impetrante sustentou tese de ocorrência de lesão grave e de difícil reparação, consubstanciada no comprometimento de suas associadas em não possuírem recursos em caixa altamente expressivos, relativos às passagens emitidas e não repassados pelas agências de viagem, que, por sua vez, recebem os valores e no ato retêm o que lhe é de direito, sem qualquer dano para sua movimentação financeira.

Por estas razões, requereu medida urgente para restaurar o processamento do recurso de agravo de instrumento interposto.

Analisando o requerimento liminar, o então relator do mandado de segurança, Des. Frederico Neves, resolveu por negá-lo (vide fls. 813/816 – MS em apenso), ao argumento de que a alteração de calendário empreendida de forma unilateral pela IATA para a prestação de contas dos bilhetes aéreos (redução de dez para sete dias), causou um embaraço indubitável para os agentes de viagens, representados no processo cautelar pela ABAV.

Disse ainda o Des. Frederico que não restou demonstrado que a manutenção das regras, até então em vigor, fosse capaz de causar a lesão grave e de difícil reparação alegada pela impetrante.

A decisão denegatória desafiou agravo regimental, julgado improvido (fls. 20/25 – AR em anexo).

Conclusos no final de maio/2008, procedeu-se consulta junto ao sistema Judwin do TJPE para obter informes sobre o andamento do AI nº 132906-6, quando se constatou a remessa do referido recurso para a 5ª Vara Cível da Capital em razão do trânsito em julgado da terminativa que o converteu em agravo retido.

Assim, não pendendo mais qualquer controvérsia sobre o AI nº 132906-6, o processo foi extinto por não ser possível, em sede de mandado de segurança, reverter-se a coisa julgada, entendimento baseado em precedente local (vide fls. 845/846).

Em suas razões, a recorrente sustenta que as alterações implementadas pela Lei nº 11.187/2005 (modificações no processo civil na parte do agravo) desautorizaram o manejo de recurso contra a decisão que converte agravo de instrumento em retido, cabendo ao interessado, tão somente, questioná-la mediante pedido de reconsideração (art. 527, inciso II e parágrafo único, CPC). Com isso, continua, caberia a irresignação através da via mandamental, por não existir previsão legal de recurso para a hipótese.

Requer, assim, por meio de manifestação monocrática, o acolhimento do presente agravo para restaurar o andamento do *mandamus*, e, caso assim entendido, seja submetido à apreciação da turma para o fim de reforma da decisão impugnada.

Não convencido da reforma pretendida, apresento o processo em mesa para julgamento.

É o relatório.

Recife, 28 de agosto de 2009.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator



012

SEGUNDO GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS	
Recurso de Agravo nº: 150633-6/02 – Recife	
Recorrente: IATA – Internacional Air Transporte Associacion	
Recorrido: Des. Leopoldo de Arruda Raposo – Relator do Agravo de Instrumento nº 132906-6	
Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho	

Em que pese a hesitante afirmação do agravante em escolher não interpor recurso contra a decisão conversiva proferida pelo Des. Leopoldo no AI nº 132906-6, tampouco contra o despacho que a preservou, igualmente prolatado pela referida autoridade, não há dúvidas de que, sob a ótica processual, ambas as interlocutórias foram alcançadas pelo manto da coisa julgada.

Sendo assim, não se cuidando de decisões manifestamente absurdas, que contrariassem frontalmente a legislação em vigor (decisões teratológicas), tampouco que viessem a causar a parte lesão grave ou de difícil reparação e ainda configurada a hipótese de direito líquido e certo, o mandado de segurança impetrado não tem o condão de retroceder no tempo e manter sob a condição de pendência de julgamento o agravo em comento.

A questão recursal, em tese não admitida pelo legislador, é suplantada pela natureza processual do agravo regimental, cujo manejo é previsto no art. 252 do RITJPE, até porque é a oportunidade que o relator tem de rever seu posicionamento, se for o caso. Não concordando com as razões recursais, o relator submete o pleito formulado pelo interessado ao órgão colegiado (juízo natural).

Tal qual a decisão que converte o instrumental em retido, o mesmo legislador vedou, em tese, o manejo recursal contra as decisões que conferem o efeito suspensivo (art. 527, III, CPC).

Não lembro de caso em que este Tribunal de Justiça, pelo menos nos julgados em que tomei parte, tenha rejeitado ou declarado extinto algum agravo regimental por não se enquadrar seu manejo à previsão do art. 527 do CPC, tanto para os casos de conversão em retido, quanto para concessão de efeito suspensivo (incisos II e III).

Admite-se, outrossim, o manejo do agravo regimental, sendo regra o reexame das decisões interlocutórias e das decisões conversivas perante as câmaras cíveis e grupos de câmaras cíveis, posição que, inclusive, foi consolidada com a edição da Súmula nº 40 do TJPE, que, *verbis*: "Cabe agravo interno de decisão do relator que converter agravo de instrumento em agravo retido."

Assim sendo, a modalidade recursal prevista na norma interna (RITJPE), que dela não deve desconhecer a parte, sobretudo seus patronos, desautoriza o ingresso do mandado de segurança para o caso em apreço, onde não se vislumbra a hipótese de direito líquido e certo, situação que configurada, poderia ensejar o manejo do writ.

A decisão recorrida não merece reparo.

019
Ante o exposto, considerando o princípio da fungibilidade, voto no sentido de negar provimento ao Recurso de Agravo interposto por IATA – Internacional Air Transporte Associacion, para manter intacta a terminativa recorrida.

É como voto.

Recife, 28 de *agosto* de 2009.

Eurico de Barros Correia Filho
Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator



020

37
2

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (PRESIDENTE)

Em discussão.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

V. Exa. trancou o Mandado de Segurança sob o fundamento de inadequação do Mandado de Segurança.

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (RELATOR)

Porque cabia a ele entrar com o recurso próprio, o Agravo Doméstico.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Ele entrou com o Regimental.

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (RELATOR)

Entrou com recurso de agravo.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Na verdade é regimental, porque recurso de agravo é do 557; terminativo é do Mandado de Segurança.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (PRESIDENTE)

Mas ele entrou errado de novo.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

A indagação que eu faço é que se na época da discussão essa Súmula já havia sido editada. Na época da decisão do Desembargador Leopoldo, a Súmula já tinha vigência? Porque esse Colégio já julgou em outras vezes, diante da dúvida se era Mandado de Segurança ou Regimental, já admitiu quando evidentemente tinha fundamento a arguição.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

021
38
C

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (RELATOR)

Nesse caso aqui eu estou aplicando a Súmula, porque entendo também, *permissa venia* da Súmula, que em certas situações nós temos que admitir o Mandado de Segurança.

Evidente prejuízo irreparável, o cidadão não entrou com Agravo Regimental, porque o Código de Processo não enseja nenhum recurso, ele vai entrar com Mandado de Segurança, e eu vou admitir. V. Exa. falou em Súmula e o . O caso aqui não existe nenhum dano de difícil reparação.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (PRESIDENTE)

O Mandado de Segurança distribuído ao Desembargador Leopoldo, e a liminar concedida são de quando?

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (RELATOR)

15 de agosto de 2008.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Qual o número Desembargador?

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (RELATOR)

A Súmula 40.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Julgamento em 05 de dezembro de 2008. A Súmula foi posterior.

A impetração é de quando Desembargador?

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (RELATOR)

Foi em março de 2007.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

A Súmula é de dezembro de 2008.

Eu fiz a indagação porque quando se alterou o Código de Processo, e estipulou-se que o recurso a regra era o Agravo Retido, entendeu-se no início que não caberia mais Agravo de Instrumento dessas decisões.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (PRESIDENTE)

Era pedido de reconsideração tão somente.

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (RELATOR)

Mas depois a doutrina e a própria jurisprudência começou a criar uma série de exceções a essa regra, por exemplo: Processo de Execução, adianta Agravo Retido em Processo de Execução, para ser reiterado na sentença de apelação de quê? Impugnação ao valor da causa, os incidentes que não tem sentença, Exceção de Suspeição de Impedimento, adianta Agravar Retido? Tutela de Efetiva Urgência - Agravo Retido -, o direito perece, e fica por isso mesmo; para reiterar depois em que sentido?

Então, se o direito pretendido pode perecer, é uma das hipóteses de Exceção, então ele tem o direito líquido e certo de processar o Agravo de Instrumento, mesmo que ele perca, mesmo que seja improvido. Porque ninguém tem direito a resultado positivo quando ajuíza, mas se o direito em discussão pode perecer em tese, qual a utilidade do Agravo Retido? Nenhuma, por quê? Porque agrava retido e aguarda a sentença. A sentença vai ser proferida em 'n' meses ou ano. Quando ela for proferida eu vou ratificar o Agravo Retido e pedir a Corte que reexamine a urgência. Que urgência, se a urgência era naquele tempo, que passou há muito e muito tempo?

Então, como na época ainda não havia Súmula, a dúvida realmente existia. Tanto que uns entravam com Agravo Regimental, algumas Câmaras negavam; outros entravam com Mandado de Segurança. Eu mesmo liminarmente indeferi Mandado de Segurança, mas depois, aqui no Colégio, como era uma execução, a discussão chegou à conclusão que em execução não tem cabimento Agravo Retido, por quê? Pelo que eu já disse. Porque o Agravo Retido tem uma função, manter a matéria retida sem preclusão, para que se eu perder em apelação eu reitero em preliminar a matéria retida. Mas em uma tutela de urgência não suporta a ação do tempo, que é danosa.



023
40

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Então, a indagação que eu faria Desembargador Eurico é: No caso concreto o direito discutido, se não for apreciado de plano ele pode perecer?

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (RELATOR)

Não. Porque é só justamente essa diminuição do prazo do repasse, de dez dias para sete dias, que há anos e anos já vinha assim.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Depois da Súmula não há dúvida nenhuma. É erro grosseiro.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (PRESIDENTE)

O Mandado de Segurança foi inadmitido pelo Desembargador Frederico Neves.

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (RELATOR)

Apenas liminarmente no Mandado de Segurança ele não admitiu.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Desembargador Eurico, esse tipo de Mandado de Segurança, na minha visão, e conforme a doutrina e a jurisprudência vêm assim apontando, o direito líquido e certo, se há ou não é um só. É a hipótese de exceção a regra do Agravo Retido? É - tem direito líquido e certo; não é - não tem direito líquido e certo. Incidente processual, Processo de Execução, o direito pode perecer, que são as três exceções a regra do Agravo Retido. É - ele tem o direito líquido e certo de destrancar o Agravo de Instrumento e processar; não é - ele não tem o direito líquido e certo de destrancar o Agravo de Instrumento porque é realmente a hipótese de transformá-lo em Agravo Retido.

Foi negativa de liminar ou ele indeferiu a petição inicial?

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (RELATOR)

No caso aqui ele decretou a perda do objeto, em razão do implemento do trânsito em julgado sobre a terminativa.

8



024
41

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Mas são 120 dias para o Mandado de Segurança, no caso.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO

Desembargador Presidente, eu acho que eu posso trazer uma contribuição que eu vi ontem no STJ.

"Previsão de Agravos nos Tribunais exclui interposição de Mandado de Segurança. – É incabível a interposição de Mandado de Segurança contra ato judicial passível de recurso nos casos em que a lei que rege a organização dos tribunais dos estados prevê expressamente a possibilidade de Agravo Regimental para decisões unipessoais dos Relatores. O Agravo Regimental também denominado de Agravo Interno ou Agravinho é um recurso judicial existente em alguns tribunais, com o objetivo de provocar a revisão de suas próprias decisões. Está previsto muitas vezes apenas nos regimentos internos, não só na lei processual e faz com que a matéria seja decidida por um colegiado. Sua previsão, segundo o Superior Tribunal de Justiça exclui a interposição do Mandado de Segurança para combater decisões singulares".

Foi esse o caso, ele entrou com o Mandado de Segurança.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

O problema Desembargador é que nesse caso não havia previsão do Agravo Regimental. A lei quando foi implementada, que criou essa celeuma toda, ela dizia que dessa decisão só cabe pedido de reconsideração ao próprio juiz. Então, a parte não tinha como recorrer.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO

Ele continua:

"A decisão é da 2ª Sessão, em um recurso em Mandado de Segurança interposto contra um acórdão do Tribunal do Rio de Janeiro, que negou a medida pleiteada contra o ato do Desembargador Relator, que determinou a conversão de Agravo de Instrumento em Agravo Retido".

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Mas a partir de 2008 nós temos agora a Súmula que identifica a adequação.

f



025 42

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Não ficou claro Sr. Presidente, se a decisão Agravada extinguiu o Mandado de Segurança, indeferiu liminarmente ou negou a liminar?

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (RELATOR)

Ele decretou a perda do objeto da Ação Mandamental em razão do implemento do trânsito em julgado da terminativa proferida no Agravo de Instrumento.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

E indeferiu a petição inicial, no caso.

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (RELATOR)

Posso ver aqui:

"Decisão terminativa proferida em Mandado de Segurança impetrada em face da decisão do Desembargador Leopoldo, Relator do Agravo de Instrumento, que decretou a perda do objeto da ação mandamental, em razão do implemento do trânsito em julgado sobre a terminativa prolatada no Agravo".

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Nesse ponto eu penso que houve um equívoco *in procedendum*, porque o prazo de Mandado de Segurança é de 120 dias do ato que, em tese, violou direito líquido e certo. Não poderia haver no caso trânsito em julgado, porque a parte tem 120 dias para destrancar, se for o caso, o Agravo de Instrumento, que teria negado o processamento naquelas hipóteses de exceção.

Mas, vai levar ao mesmo lugar. Se V. Exa. diz que não é a hipótese de perecimento do direito, o final é o mesmo, não há direito líquido e certo.

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (RELATOR)

Isso aí é insofismável. Como já falei o cerne da questão, como não existia a Súmula, a gente tinha que apreciar se existia direito líquido e certo nessa redução do prazo da prestação de contas.

f



026 13
2

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Insofismavelmente não existia direito líquido e certo, nem dano irreparável para não se admitir a transformação de Agravo de Instrumento em Retido.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

O direito líquido e certo do mérito ficaria para o Agravo de Instrumento. Eu diria o direito líquido e certo para destrancar.

Como V. Exa. confirma que não há possibilidade de perecimento do direito, é uma regra corriqueira em relação às partes, então não há nenhum perigo de dano a recomendar a desconversão, a reabertura do Agravo de Instrumento, para que ele prossiga em seus ulteriores termos.

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (RELATOR)

O cerne da questão é exatamente esse.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (PRESIDENTE)

Primeiro teria que destrancar o Mandado de Segurança. Se se nega provimento ao Regimental, o Mandado de Segurança não vai ser apreciado.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Como eu disse Desembargador, ratificando-se a decisão, o resultado prático vai ser o mesmo, porque não há lesão.

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO

Senhor Presidente existiu ou existe um Agravo de Instrumento. O Desembargador Leopoldo, à época, o converteu em retido, antes da Súmula. Então a parte que se achou prejudicada ingressou com o Mandado de Segurança. O Desembargador deu uma terminativa e esse Agravo.

O Agravo de Instrumento ele está combatendo o quê?



027

44

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

O indeferimento da antecipação da tutela que foi referida pelo Desembargador.

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO

Mas em que matéria?

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Na Ação Ordinária, que ele falou que não ve presente a verossimilhança, nem a prova inequívoca para a concessão da tutela. Então, não há a configuração da exceção, aquelas hipóteses que eu falava, para fins de possibilidade do Mandado de Segurança.

Então, é manter o trancamento. Embora o fundamento em tese devia ser outro, mas o resultado é o mesmo, porque era assim a hipótese de conversão de Agravo de Instrumento em Agravo Retido.

Que perdeu o objeto, não perdeu, porque os 120 dias ainda tinha prazo.

Eu estou satisfeito Sr. Presidente.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (PRESIDENTE)

Desembargador Relator, o voto de V. Exa. no final é?

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (RELATOR)

É no sentido de negar provimento ao Recurso de Agravo, interposto pelo IATA, para manter intacta a terminativa recorrida.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (PRESIDENTE)

Ainda tem a fungibilidade. A decisão do Mandado de Segurança, terminativa, ela não é atacada por Agravo do 557, e sim pelo Regimental.

V.Exa. está aplicando o principio da fungibilidade, recebendo como Regimental, e mantendo a decisão terminativa, negando provimento ao Agravo Regimental.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

028

45
~

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (RELATOR)

Meu voto é negando provimento ao Regimental, mas, diante do princípio da fungibilidade, nós podemos admitir como recurso interno.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (PRESIDENTE)

A decisão do eminente Relator é aplicando o princípio da fungibilidade.

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO

Eu indago ao Relator, se a ação principal onde o juiz não conceder a antecipação de tutela, no transcorrer de todos esses incidentes, se foi julgado um primeiro Mandado de Segurança, por isso que perdeu o objeto o segundo Mandado de Segurança?

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (PRESIDENTE)

O último Mandado de Segurança, pelo que eu entendi, o Desembargador disse que teria perdido o objeto em razão do trânsito em julgado da decisão terminativa no Agravo que converteu o Agravo de Instrumento em Retido.

É por isso que ele disse que transitou em julgado.

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO

Para o Mandado de Segurança, no caso, seria a decadência dos 120 dias.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Foi dentro do prazo.

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO

Então não teria exaurimento de prazo para o recurso, porque o Mandado é uma Ação.

f



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARADOR RICARDO PAES BARRETO

Mas como é que vai haver recurso, se nem recurso tinha.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (PRESIDENTE)

Desembargador, eu estou só querendo contribuir no seguinte. Nesse último Mandado de Segurança, que tem agora esse Agravo, que não foi nem o Agravo Regimental que já está se recebendo pelo princípio da Fungibilidade, o Desembargador disse que tinha perdido o objeto, porque a conversão em Agravo Retido tinha transitado em julgado esse último Mandado de Segurança.

É o que V. Exa. Diz, mas se, embora tivesse transitado em julgado, mas dentro dos 120 dias, tinha prazo para Mandado de Segurança. É só um detalhe importante a ser verificado.

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO

Eu não poderia aplicar para a ação mandamental o prazo do recuso.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (PRESIDENTE)

Até porque Mandado de Segurança não é recurso.

É importante ver só essa data entre a intimação ... (Interrompido)

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO

Senhor Presidente, eu vou pedir vista do processo.

DECISÃO

"ADIADO POR PEDIDO DE VISTA DO EXMO. SR. DES. JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARAES".

47
030

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Recurso de Agravo nº 0150633-6/02

Comarca: Recife

Agravante: IATA – Internacional Air Trasport Association

Agravado: Des. Leopoldo de Arruda Raposo – Relator
do AI nº 132906-6

Relator: Eurico de Barros Correia Filho

VOTO DE VISTA

Vislumbro que a questão surge quando uma das partes, a Associação Brasileira de Agências de Viagens do Estado de Pernambuco – ABAV, ingressa com ação cautelar, de nº 001.2005.130815-1, como preparatória da ação ordinária, cujo pedido de liminar foi atendido, pelo Juízo da 5ª Vara Cível da Capital, contra IATA – Internacional Air Transport Association.

A decisão foi assim proferida:

“...Isto posto, concedo a liminar requerida pela autora para suspender a decisão unilateral da ré, consistente na alteração da periodicidade de decendial para semanal, nos termos requeridos na inicial, bem como determinando que a ré se abstenha de aplicar toda e qualquer sanção (administrativa e ou pecuniária), a exemplo das que impeçam ou dificultem o regular funcionamento das associadas da autora. Multa dia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em caso de descumprimento da presente ordem judicial. Oficie-se. Cite-se sob pena de revelia...”

Para combatê-la a IATA interpôs o Agravo de Instrumento, distribuído para o Exmo. Des. Leopoldo de Arruda Raposo ~~que decidiu~~ o qual decidiu monocraticamente (fls. 376/377) convertendo-o em retido, em 17/11/2006, tendo a decisão sido publicada em 23/11/2006. Em seguida o recorrente fez o pedido de

RA nº 0150633-6/02

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 – Fone: (081) 3419-3726.

1



48
031

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

reconsideração (fls. 380/387) e caso fosse mantido o *decisum*, que o mesmo fosse recebido como Agravo Regimental.

O Des. Leopoldo, em 07/12/2006, (fls. 425/426) manteve a decisão e disse que inexistiu recurso manejável contra a mesma.

Publicada a decisão, em 15/12/2006, conforme certidão, às fls. 428, e certificado, também, o trânsito em julgado em 02/01/2007, foi o processo remetido ao Juiz, em 24/01/2007.

O *mandamus sub-judice* foi impetrado em 16/03/2007, tendo, o 1º Relator, Des. Frederico Neves, o recebido e proferido decisão interlocutória, às fls. 813/816, sob o seguinte fundamento: "Assim, ausentes os requisitos do inciso II, do artigo 7º, da Lei nº 1.533/1951, indefiro a providência Liminar almejada...", e mandou ouvir o impetrado.

A autoridade apontada como coatora respondeu às fls. 828/829, tendo, então, o relator do *mandamus* mantido a sua decisão (no despacho de fls. 832), mandando processar o requerimento formulado às fls. 854/825, na forma de Agravo Regimental.

Processado o Regimental sob o nº 0150633-6/01, foi levado ao 2º Grupo de Câmaras Cíveis sendo julgado improvido, mantendo-se os fundamentos da decisão do Des. Frederico Neves, por unanimidade, conforme acórdão de fls. 20, daqueles autos.

Em face da remoção do Des. Frederico Neves, o feito foi redistribuído ao Des. Eurico Barros, que às fls. 845/846, prolatou decisão terminativa, pela perda do objeto do presente *mandamus*, em virtude de que o Agravo de Instrumento transitou em julgado.

É desta decisão terminativa que foi interposto o presente Agravo.

De logo, aplicado-se o princípio da fungibilidade deve ser recebido como Agravo Regimental, conforme art. 74, § 1º c/c 159, parágrafo único, do RI/TJPE.

RA nº 0150633-6/02

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.

2

49
032

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

O ponto fulcral de toda questão se prende na resposta das seguintes indagações: 1) Existe possibilidade de impetração de Mandado de Segurança nesse caso em que convertido o agravo de instrumento em retido não houve reconsideração, extinguindo-se a iniciativa recursal? 2) E se não havendo recurso é cabível, então, o Mandado de Segurança para apreciação em substituição?

A Jurisprudência do STJ é pacífica quanto à possibilidade da impetração do mandado de segurança cujo prazo decadencial começa a contar a partir da publicação do despacho que retém o agravo de instrumento, sendo que o pedido e a rejeição do mesmo é mero desdobramento do ato apontado como coator.

Vejamos:

"Processo RMS 25143 / RJ
RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA
2007/0217817-5

Relator(a) Ministra NANCY ANDRIGHI (1118)

Órgão Julgador T3 - TERCEIRA TURMA

Data do Julgamento 04/12/2007 - Data da Publicação/Fonte DJ
19/12/2007 p. 1221

Ementa

PROCESSO CIVIL. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. POSSIBILIDADE DE IMPETRAÇÃO DO WRIT, VISANDO A IMPUGNAR DECISÃO IRRECORRÍVEL PROFERIDA PELO RELATOR QUE, NOS TERMOS DO ART. 522, II, DO CPC (COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.187/2005), DETERMINOU A RETENÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELA PARTE. O PRAZO PARA A IMPETRAÇÃO DO WRIT NÃO SE INTERROMPE OU SE SUSPENDE COM O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO.

- Por ser garantia constitucional, não é possível restringir o cabimento de mandado de segurança. Sendo irrecorrível, por disposição expressa de lei, a decisão que determina a conversão de agravo de instrumento em agravo retido, ela somente é impugnável pela via do remédio heróico.

- O pedido de reconsideração não tem, na hipótese do art. 527, parágrafo único, CPC, natureza recursal. A possibilidade de haver retratação pelo relator indica apenas que a legislação afastou a 'preclusão pro judicato'. Assim, o pedido de reconsideração é simples decorrência lógica do sistema de preclusões processuais.

- Agravo previsto em Regimento Interno do Tribunal local não é meio idôneo para a reforma da decisão unipessoal que retém o Agravo de

RA nº 0150633-6/02

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.

3



50
033

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Instrumento. Com efeito, o legislador ordinário, detentor do legítimo poder de representação democrática, determinou, no art. 527, parágrafo único, CPC, que a retenção do agravo de instrumento 'somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar'. Não pode se admitir, portanto, que a norma regimental se sobreponha à lei federal, criando recurso onde ela expressamente o afastou.

- Já com a retenção do agravo pode haver violação a direito líquido e certo do impetrante. Com a violação, nasce para o impetrante a pretensão de obter segurança para afastar o ato coator.

- Com a publicação da decisão que retém o agravo de instrumento, inicia-se o prazo decadencial para a impetração do mandado de segurança. A rejeição do pedido de reconsideração é mero desdobramento do ato coator anterior, e não uma nova violação a direito líquido e certo.

- Pedido de reconsideração não suspende ou interrompe o prazo para impetrar mandado de segurança. Precedentes.

Recurso ordinário não provido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da TERCEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas constantes dos autos, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Humberto Gomes de Barros e Ari Pargendler votaram com a Sra. Ministra Relatora."

"Processo RMS 25934 / PR

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA

2007/0296235-8

Relator(a) Ministra NANCY ANDRIGHI (1118)

Órgão Julgador CE - CORTE ESPECIAL

Data do Julgamento 27/11/2008 Data da Publicação/Fonte DJe 09/02/2009

Ementa

Processo civil. Recurso em mandado de segurança. Possibilidade de impetração do writ dirigido diretamente ao Plenário do Tribunal 'à quo', visando a impugnar decisão irrecorrível proferida pelo Relator que, nos termos do art. 522, inc. II, do CPC (com a redação dada pela Lei nº 11.187/2005), determinou a conversão do agravo de instrumento interposto pela parte, em agravo retido.

- As sucessivas reformas do Código de Processo Civil estabeleceram um processo cíclico para o agravo de instrumento: Inicialmente, ele representava um recurso pouco efetivo, de modo que sua interposição vinha sempre acompanhada da impetração de mandado de segurança que lhe atribuisse efeito suspensivo. Visando a modificar essa distorção, a Lei nº 9.139/95 ampliou o espectro desse

RA nº 0150633-6/02

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.

4

51
034

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

recurso, tornando-o ágil e efetivo, o que praticamente eliminou o manejos dos 'writs' para a tutela de direitos supostamente violados por decisão interlocutória.

- O aumento da utilização de agravos de instrumento, porém, trouxe como contrapartida o congestionamento dos Tribunais. Com isso, tornou-se necessário iniciar um movimento contrário àquele inaugurado pela Lei nº 9.139/95: o agravo de instrumento passou a ser restringido, inicialmente pela Lei nº 10.352/2001 e, após, de maneira mais incisiva, pela Lei nº 11.187/2005.

- A excessiva restrição à utilização do agravo de instrumento e a vedação, à parte, de uma decisão colegiada a respeito de sua irresignação, trouxe-nos de volta a um regime equivalente àquele que

vigorava antes da Reforma promovida pela Lei nº 9.139/95: a baixa efetividade do agravo de instrumento implicará, novamente, o aumento da utilização do mandado de segurança contra ato judicial.

- A situação atual é particularmente mais grave porquanto, agora, o mandado de segurança não mais é impetrado contra a decisão do juízo de primeiro grau. Ele é impetrado contra a decisão do próprio relator, que determina a conversão do recurso. Com isso, a tendência a atravancamento tende a aumentar, porque tais 'writs' devem ser julgados pelos órgãos plenos dos Tribunais de origem.

- Por ser garantia constitucional, não é possível restringir o cabimento de mandado de segurança para as hipóteses em que a decisão de conversão do agravo de instrumento em retido provoca lesão ou ameaça de lesão a direito líquido e certo do jurisdicionado. Recurso em mandado de segurança conhecido e provido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da CORTE ESPECIAL do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas constantes dos autos, prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro João Otávio de Noronha, acompanhando o voto da Sra. Ministra Relatora, e os votos dos Srs. Ministros Teori Albino Zavascki, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Massami Uyeda, Nilson Naves, Ari Pargendler, Felix Fischer, Eliana Calmon, Paulo Gallotti e Francisco Falcão, no mesmo sentido, por maioria, conhecer do recurso ordinário em mandado de segurança e dar-lhe provimento, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Vencidos os Srs. Ministros Luiz Fux, Fernando Gonçalves e Aldir Passarinho Junior. Os Srs. Ministros Laurita Vaz, João Otávio de Noronha, Teori Albino Zavascki, Castro Meira, Arnaldo Esteves Lima, Massami Uyeda, Nilson Naves, Ari Pargendler, Felix Fischer, Eliana Calmon, Paulo Gallotti e Francisco Falcão votaram com a Sra. Ministra Relatora. Não participou do julgamento a Sra. Ministra Maria Thereza de Assis Moura. Ausentes, justificadamente, os Srs.

RA nº 0150633-6/02

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.

5



035

52
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Ministros Gilson Dipp e Hamilton Carvalhido. Discussão doutrinária: cabimento de mandado de segurança contra decisão irrekorrvível proferida por relator que determina a conversão do agravo de instrumento em agravo retido, com base na nova redação conferida ao artigo 527, inciso II, do Código de Processo Civil.

Informações Complementares

POSSIBILIDADE, STJ, APRECIACÃO, MÉRITO, RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA / HIPÓTESE, TRIBUNAL A QUO, EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM, ENTENDIMENTO, DESCABIMENTO, MANDADO DE SEGURANÇA, HIPÓTESE, INTERPOSIÇÃO, CONTRA, DECISÃO MONOCRÁTICA, RELATOR, DETERMINAÇÃO, CONVERSÃO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, EM, AGRAVO RETIDO, E, COM, ENTENDIMENTO, INCIDÊNCIA, SÚMULA, STF, PREVISÃO, DESCABIMENTO, MANDADO DE SEGURANÇA, CONTRA, ATO JUDICIAL, SUJEIÇÃO, RECURSO JUDICIAL, OU, CORREIÇÃO / DECORRÊNCIA, FALTA, APRECIACÃO, QUESTÃO DE DIREITO, PELO, NOVO, PROCEDIMENTO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, PREVISÃO, ÂMBITO, LEI FEDERAL, 2005, DETERMINAÇÃO, IRRECORRIBILIDADE, DECISÃO, RELATOR, CONVERSÃO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, EM, AGRAVO RETIDO, NÃO, CARACTERIZAÇÃO, COMO, IMPOSSIBILIDADE, CONHECIMENTO, RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA, POR, FALTA, PREQUESTIONAMENTO; OBSERVÂNCIA, ARTIGO, REGIMENTO INTERNO, STJ, EQUIPARAÇÃO, PROCEDIMENTO, RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA, PROCEDIMENTO, APELAÇÃO CÍVEL. CABIMENTO, UTILIZAÇÃO, MANDADO DE SEGURANÇA / HIPÓTESE, IMPUGNAÇÃO, DECISÃO MONOCRÁTICA, DESEMBARGADOR, RELATOR, TRF, DETERMINAÇÃO, CONVERSÃO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, EM, AGRAVO RETIDO, ÂMBITO, AÇÃO JUDICIAL, EXECUÇÃO POR TÍTULO JUDICIAL, COM, FUNDAMENTAÇÃO, EM, LEI NOVA, 2005, ALTERAÇÃO, ARTIGO, CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL; OCORRÊNCIA, DENEGAÇÃO, PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, PELO, RELATOR; OCORRÊNCIA, IMPETRAÇÃO, MANDADO DE SEGURANÇA, PARA, DESEMBARGADOR, PRESIDENTE, TRF, COM, FUNDAMENTAÇÃO, ARTIGO, REGIMENTO INTERNO, TRIBUNAL, E, POSTERIOR, EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM, ENTENDIMENTO, INADMISSIBILIDADE, MANDADO DE SEGURANÇA; OCORRÊNCIA, INTERPOSIÇÃO, AGRAVO REGIMENTAL, E, IMPROVIMENTO, RECURSO JUDICIAL, PELO, PLENÁRIO, CORTE ESPECIAL, TRIBUNAL A QUO; INTERPOSIÇÃO, RECURSO ORDINÁRIO, PARA, STJ, COM, ALEGAÇÃO, MANDADO DE SEGURANÇA, CARACTERIZAÇÃO, COMO, ÚNICA, POSSIBILIDADE, CORREÇÃO, INJUSTIÇA, DECISÃO, TRIBUNAL A QUO, MOTIVO, DECISÃO MONOCRÁTICA, RELATOR, DETERMINAÇÃO, CONVERSÃO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, EM, AGRAVO RETIDO,

RA nº 0150633-6/02

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.

6

53
036

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

CARACTERIZAÇÃO, COMO, DECISÃO IRRECORRÍVEL / INAPLICABILIDADE, SÚMULA, STF, PREVISÃO, DESCABIMENTO, MANDADO DE SEGURANÇA, CONTRA, ATO JUDICIAL, SUJEIÇÃO, RECURSO JUDICIAL, OU, CORREIÇÃO, MOTIVO, DECISÃO MONOCRÁTICA, RELATOR, DETERMINAÇÃO, CONVERSÃO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, EM, AGRAVO RETIDO, CARACTERIZAÇÃO, COMO, DECISÃO IRRECORRÍVEL; CARACTERIZAÇÃO, DIREITO, PARTE PROCESSUAL, IMPETRAÇÃO, MANDADO DE SEGURANÇA, COMO, GARANTIA CONSTITUCIONAL, PARA, IMPUGNAÇÃO, ATO DE AUTORIDADE, NÃO, SUJEIÇÃO, RECURSO JUDICIAL, COM, EFEITO SUSPENSIVO, E, PRODUÇÃO, GRAVE LESÃO, DIREITO LÍQUIDO E CERTO, E, DANO DE DIFÍCIL REPARAÇÃO, IRRELEVÂNCIA, ATO DE AUTORIDADE, CARACTERIZAÇÃO, COMO, ATO JUDICIAL, OU, ATO ADMINISTRATIVO; NECESSIDADE, REFORMA, ACÓRDÃO RECORRIDO, PARA, DETERMINAÇÃO, RETORNO, AUTOS, TRIBUNAL A QUO, COM, OBJETIVO, PROCESSAMENTO, MANDADO DE SEGURANÇA, PARA, APRECIÇÃO, MÉRITO, CONTROVÉRSIA; OBSERVÂNCIA, MAIS DE UM, PRECEDENTE, TERCEIRA TURMA, STJ. (VOTO VISTA) (MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA)

CABIMENTO, UTILIZAÇÃO, MANDADO DE SEGURANÇA / HIPÓTESE, AUTOR, ÂMBITO, AÇÃO JUDICIAL, EXECUÇÃO POR TÍTULO JUDICIAL, REALIZAÇÃO, PEDIDO, PRETENSÃO, EXPEDIÇÃO, ALVARÁ JUDICIAL, LEVANTAMENTO, VALOR, HONORÁRIOS, ADVOGADO, OBJETO, FIXAÇÃO, PROCESSO DE CONHECIMENTO, EM, NOME, SOCIEDADE, ADVOGADO, E, NÃO, EM, NOME, PESSOA FÍSICA, ADVOGADO, ATUAÇÃO, PROCESSO JUDICIAL, POR, PROCURAÇÃO, OBJETO, OUTORGA, PELO, AUTOR; OCORRÊNCIA, INDEFERIMENTO, PELO, JUIZ SINGULAR, E, INTERPOSIÇÃO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, PARA, TRF; OCORRÊNCIA, DETERMINAÇÃO, CONVERSÃO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, EM, AGRAVO RETIDO, POR, DECISÃO MONOCRÁTICA, DESEMBARGADOR, RELATOR, TRF, COM, FUNDAMENTAÇÃO, EM, LEI NOVA, 2005, ALTERAÇÃO, ARTIGO, CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL; OCORRÊNCIA, IMPUGNAÇÃO, DECISÃO MONOCRÁTICA, E, DENEGACÃO, PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, PELO, RELATOR; OCORRÊNCIA, IMPETRAÇÃO, MANDADO DE SEGURANÇA, PARA, DESEMBARGADOR, PRESIDENTE, TRF, COM, FUNDAMENTAÇÃO, ARTIGO, REGIMENTO INTERNO, TRIBUNAL, E, POSTERIOR, EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM, ENTENDIMENTO, INADMISSIBILIDADE, MANDADO DE SEGURANÇA; OCORRÊNCIA, INTERPOSIÇÃO, AGRAVO REGIMENTAL, E, IMPROVIMENTO, RECURSO JUDICIAL, PELO, PLENÁRIO, CORTE ESPECIAL, TRIBUNAL A QUO; INTERPOSIÇÃO, RECURSO ORDINÁRIO, PARA, STJ, COM, ALEGAÇÃO, MANDADO DE SEGURANÇA, CARACTERIZAÇÃO, COMO, ÚNICA, POSSIBILIDADE, CORREÇÃO, INJUSTIÇA, DECISÃO, TRIBUNAL A QUO, MOTIVO, DECISÃO MONOCRÁTICA, RELATOR,

RA nº 0150633-6/02

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.

7



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

54
034

DETERMINAÇÃO, CONVERSÃO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, EM, AGRAVO RETIDO, CARACTERIZAÇÃO, COMO, DECISÃO IRRECORRÍVEL / DECORRÊNCIA, INVIABILIDADE, APRECIÇÃO, MATÉRIA, AGRAVO RETIDO, MOMENTO, APELAÇÃO CÍVEL; OCORRÊNCIA, RISCO, INUTILIZAÇÃO, ALVARÁ JUDICIAL, LEVANTAMENTO, VALOR, HONORÁRIOS, HIPÓTESE, NÃO, APRECIÇÃO, PEDIDO, AUTOR, REFERÊNCIA, EXPEDIÇÃO, ALVARÁ JUDICIAL, EM, NOME, SOCIEDADE, ADVOGADO; OBSERVÂNCIA, PRECEDENTE, CORTE ESPECIAL, STJ, ENTENDIMENTO, POSSIBILIDADE, EXPEDIÇÃO, ALVARÁ JUDICIAL, LEVANTAMENTO, VALOR, HONORÁRIOS, EM, NOME, SOCIEDADE. (VOTO VENCIDO) (MIN. LUIZ FUX) DESCABIMENTO, UTILIZAÇÃO, MANDADO DE SEGURANÇA / HIPÓTESE, IMPUGNAÇÃO, DECISÃO MONOCRÁTICA, DESEMBARGADOR, RELATOR, TRF, DETERMINAÇÃO, CONVERSÃO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, EM, AGRAVO RETIDO, ÂMBITO, AÇÃO JUDICIAL, EXECUÇÃO POR TÍTULO JUDICIAL, COM, FUNDAMENTAÇÃO, EM, LEI NOVA, 2005, ALTERAÇÃO, ARTIGO, CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL; OCORRÊNCIA, DENEGACÃO, PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, PELO, RELATOR; OCORRÊNCIA, IMPETRAÇÃO, MANDADO DE SEGURANÇA, PARA, DESEMBARGADOR, PRESIDENTE, TRF, COM, FUNDAMENTAÇÃO, ARTIGO, REGIMENTO INTERNO, TRIBUNAL, E, POSTERIOR, EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM, ENTENDIMENTO, INADMISSIBILIDADE, MANDADO DE SEGURANÇA; OCORRÊNCIA, INTERPOSIÇÃO, AGRAVO REGIMENTAL, E, IMPROVIMENTO, RECURSO JUDICIAL, PELO, PLENÁRIO, CORTE ESPECIAL, TRIBUNAL A QUO; INTERPOSIÇÃO, RECURSO ORDINÁRIO, PARA, STJ, COM, ALEGAÇÃO, MANDADO DE SEGURANÇA, CARACTERIZAÇÃO, COMO, ÚNICA, POSSIBILIDADE, CORREÇÃO, INJUSTIÇA, DECISÃO, TRIBUNAL A QUO, MOTIVO, DECISÃO MONOCRÁTICA, RELATOR, DETERMINAÇÃO, CONVERSÃO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, EM, AGRAVO RETIDO, CARACTERIZAÇÃO, COMO, DECISÃO IRRECORRÍVEL / DECORRÊNCIA, DECISÃO MONOCRÁTICA, RELATOR, DETERMINAÇÃO, CONVERSÃO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, EM, AGRAVO RETIDO, CARACTERIZAÇÃO, COMO, DECISÃO RECORRÍVEL, MOTIVO, REFORMA, CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, REALIZAÇÃO, PELA, LEI FEDERAL, 2005, DETERMINAÇÃO, RECEBIMENTO, AGRAVO, COMO, AGRAVO RETIDO, E, RECEBIMENTO, COMO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, APENAS, EM, CARÁTER EXCEPCIONAL, IMPLANTAÇÃO, MAIS DE UMA, FORMA, IMPUGNAÇÃO, DECISÃO, CONVERSÃO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, EM, AGRAVO RETIDO; POSSIBILIDADE, IMPUGNAÇÃO, POR, PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, OU, MOMENTO, PRÓPRIO, JULGAMENTO, AGRAVO DE INSTRUMENTO; OCORRÊNCIA, ELIMINAÇÃO, APENAS, AGRAVO REGIMENTAL, CONTRA, DECISÃO, CONVERSÃO, AGRAVO DE INSTRUMENTO, EM, AGRAVO RETIDO; NÃO OCORRÊNCIA,

RA nº 0150633-6/02



55
038.

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guinardes
2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

SUPRESSÃO, JULGAMENTO, PELO, ÓRGÃO COLEGIADO, TRIBUNAL; APLICAÇÃO, POR, ANALOGIA, ENTENDIMENTO, STF, REFERÊNCIA, CONSTITUCIONALIDADE, ARTIGO, CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, PREVISÃO, POSSIBILIDADE, RELATOR, POR, DECISÃO MONOCRÁTICA, NÃO, CONCESSÃO, SEGUIMENTO, RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE."

"REsp 1032924 / DF RECURSO ESPECIAL 2008/0040453-0

Relator(a) Ministra LAURITA VAZ (1120)

Órgão Julgador T5 - QUINTA TURMA

Data do Julgamento 02/09/2008 Data da Publicação/Fonte DJe 29/09/2008

Ementa

PROCESSUAL CIVIL. TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA PELO TRIBUNAL A QUO. CONVERSÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO RETIDO. ART. 527, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE. REQUISITOS REEXAME DE PROVA. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 07 DO STJ. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. Nos termos da regra do art. 527, parágrafo único, do Código de Processo Civil, é irrecurível a decisão que converte o agravo de instrumento em agravo retido, facultando à parte apenas formular pedido de reconsideração ao próprio relator, sendo descabida a interposição de agravo interno da referida decisão. Precedentes.

2. É cabível a impetração do mandado de segurança contra a decisão de conversão de agravo de instrumento em retido, em razão do reconhecimento da irrecurribilidade da decisão de conversão por meio do agravo regimental. Precedentes.

3. Recurso especial conhecido e desprovido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da QUINTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conhecer do recurso, mas lhe negar provimento. Os Srs. Ministros Arnaldo Esteves Lima, Napoleão Nunes Maia Filho e Jorge Mussi votaram com a Sra. Ministra Relatora. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Felix Fischer."

Assim, no caso, a decisão foi proferida em 17/11/2006 e a publicação se deu em 23/11/2006, fluindo daí o prazo decadencial da impetração do *mandamus*.

RA nº 0150633-6/02

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.

9



56
039

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
2º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

Por conseguinte, a ação foi impetrada com 110 (cento e dez) dias da decisão, logo fica afastada a decadência devendo ser provido o Regimento para dar tramite à ação mandamental.

Quanto ao mérito, aguardo a decisão do Relator.

É como voto.

Recife, 28 de 10 de 2009

Des. José Ivo de Paula Guimarães



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

57
2
ouo

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (RELATOR)

Quero relembrar aos nobres pares, principalmente aqueles que não participaram da sessão na qual foi iniciado o julgamento deste feito, como enfatizou o Des. José Ivo, o cerne da questão é a redução do prazo do repasse das passagens, dos bilhetes aéreos, o órgão controlador a IATA que trava essa batalha judicial com a ABAV. O prazo era de 10 dias e passou para 7 dias e, com isso, a ABAV ajuizou a cautelar para que fosse mantidos os 7 dias.

Contra decisão do Des. Leopoldo que converteu, porque não atendia àqueles requisitos do agravo de instrumento e converteu em Retido. Agora, não se interpôs o agravo regimental. E no prazo foi interposto mandado de segurança contra decisão do Des. Leopoldo, que trancou o agravo.

O Des. Frederico Neves não concedeu a liminar no mandado de segurança.

Eu apliquei a Súmula 40 do Tribunal de Justiça, que diz:

"Cabe agravo interno da decisão do relator que converte agravo de instrumento em retido".

Apliquei a Súmula mesmo admitindo e entendo assim que em casos a decisão teratológica, em situações pontuais, é possível mandado de segurança, mas, não vejo, realmente, a ocorrência de lesão a direito líquido e certo e, muito menos, lesão grave de difícil reparação nessa redução de prazo, pequeno, de 10 para 7 dias.

Na verdade, a parte ingressou com agravo legal; que não é, é agravo regimental. E, dentro da fungibilidade, admiiti apreciar o agravo regimental, porém, realmente, neguei provimento ao recurso de agravo regimental interposto pela IATA, para manter intacta a decisão recorrida. É como votei.

Na verdade, não vejo direito líquido e certo e, mesmo assim, ele não entrou com agravo regimental, que seria o recurso cabível na espécie. Por isso, mantenho o meu voto.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ PERES (PRESIDENTE)

O voto do relator é negando provimento ao recurso regimental contra o regimental que ataca o mandado de segurança, que o Des. Frederico Neves negou a liminar. Não é isso. Porque foi convertido em retido...



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

58
ou

DESEMBARGADOR IVO DE PAULA GUIMARÃES

Peço licença ao Des. Relator para esclarecer esse ponto.

Iniciou-se com ação cautelar. Houve uma liminar. Desta liminar fora interposto o recurso de agravo de instrumento, que fora distribuído ao Des. Leopoldo. O Des. Leopoldo recebeu este agravo de instrumento e verificando que faltava um dos requisitos, converteu em retido.

Desta decisão, houve um pedido de reconsideração e a parte dissera, requerendo aquele pedido de reconsideração, que, se porventura, o Des. Leopoldo assim não entendesse, recebesse como agravo regimental.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO

Em destrancar.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ PERES (PRESIDENTE)

Ele disse que não cabia recurso.

DESEMBARGADOR IVO DE PAULA GUIMARÃES

Recebesse como agravo regimental para discutir a questão no colegiado.

O que foi que fora feito: foi indeferida essa questão, porque ele disse que não cabia recurso. Desta decisão fora impetrado o mandado e o Des. Frederico Neves não concedeu a liminar. Neste ínterim, o agravo retido foi devolvido ao juiz a quo.

A concepção do relator, com a devida vênia, é no sentido de que, como o agravo retido foi devolvido ao juízo a quo com o trânsito em julgado, porque foi inadmitido o recurso. Então, o mandado de segurança impetrado para substituir o recurso, eu não aceito, perdeu o objeto.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ PERES (PRESIDENTE)

É para destrancar o agravo de instrumento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

042 / 59

DESEMBARGADOR IVO DE PAULA GUIMARÃES

A questão é essa. O meu voto é no sentido de dar provimento ao agravo regimental para destrancar o mandado de segurança e a questão meritória não adentramos, no momento, porque ainda vai ser decidida.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ PERES (PRESIDENTE)

Mas, aí é que indago. Pela época, deve ser uma coisa antiga, o regimental do mandado de segurança devia ser para destrancar o agravo de instrumento.

Então, a questão a ser vista aqui é só com relação a essa liminar concedida ou não pelo Des. Frederico Neves.

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO

Presidente, o que estamos a julgar não é propriamente a liminar, mas a decisão do Des. Eurico que negou seguimento ao mandado de segurança. Ele extinguiu o mandado de segurança.

DESEMBARGADOR IVO DE PAULA GUIMARÃES

Cujo fundamento foi de que o mesmo ficou sem objeto em virtude de que o agravo de instrumento, que fora lá interposto, pelo trânsito em julgado.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ PERES (PRESIDENTE)

Há divergência entre o voto do eminente Relator e do Des. José Ivo, que pediu vista. Colho votos.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

Presidente, se a parte impetrou mandado de segurança dentro dos 120 dias, não vejo como trancar o mandado de segurança.

Razão pela qual, peço vênia ao Relator, para acompanhar o voto divergente do Des. Ivo de Paula.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

043

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA

Ouvi o voto vista do Des. Ivo de Paula e me convenci de que ele tem razão. Porque tem que ser destrancado, não pode ficar sem recurso; por conta disso, acompanho a divergência.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO

Senhor Presidente.

Já defendi no 1º grupo de câmaras em processo semelhante a esse, que o nosso sistema processual consagra o duplo grau de jurisdição, mesmo nas situações em que o recurso é agitado no Tribunal e é enfrentado monocraticamente pelo relator. Qualquer decisão do Des. Relator deve ser submetida ao conhecimento do colegiado e á ampla defesa.

Por essas razões, entendo que o § único do art. 527, VI, do CPC, deve ser lido de forma a compatibilizá-lo com esse regramento, para evitar que tenhamos que declarar inconstitucional. Na minha ótica, é inconcebível uma decisão que não seja submetida ao crivo de um recurso.

Então, leio, da seguinte da seguinte forma, o § único:

"A decisão liminar proferida nos casos dos incisos II e III do caput deste artigo, somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo."

Que agravo? Eu leio que é do agravo regimental. Já que nós, aqui no Tribunal, temos o agravinho, que é o agravo regimental que pode ser agitado contra decisões dos relatores em qualquer matéria. Então, na minha ótica, esse agravo a que se refere o legislador, é o agravo regimental.

Então, por essas razões, acompanho o voto da divergência do Des. José Ivo.

DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO

Peço vênica ao eminente Des. Relator e acompanho o voto do Des. José Ivo.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Também, peço vênica ao relator e acompanho a dissidência, pois, entendo que há possibilidade de se causar um dano irreparável a parte.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

044

61
c

DESEMBARGADOR ABERTO VIRGÍNIO

Acompanho o voto do Des. Ivo de Paula pedindo licença ao Des. Eurico Barros.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS

Com a devida vênia do Des. Eurico, acompanho a divergência.

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS

Presidente.

Sempre entendo que processo em raríssimas situações, até defendi isso num trabalho sobre recuso. Comentava isso com o Des. Luiz Carlos alguns casos de rescisória aplicando-se em julgamentos sem apreciação meritória, por questão da eficácia da prestação jurisdicional.

Também não poço entender como um processo meio,venha, a final, com tantas filigranas, mas se essa utilização do processo como um fim, não termina a matar o direito de fundo, e usa-se disso com muita propriedade hoje, isso vem sendo dito, e esquece-se ou se deixar por contas de certas observâncias, atacar o direito material. Direito material, hoje, não é mais estudado, talvez por quase da grande quantidade de feitos, nós estamos matando tudo.

Mas, entendo que o mandado de segurança foi plenamente eficaz para destrancar, como disse o Des. José Ivo, não podia ficar sem recurso. Mas, se o mandado de segurança não pode ser provido, não pode ser concedido, Des. José Ivo, exatamente por falta do direito líquido e certo e dos seus elementos constitutivos, é outra história.

Mas, com a devida vênia do eminente Des. Eurico, acompanho o Des. Ivo de Paula.

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO

Peço vênia ao Relator para acompanhar a divergência.

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (RELATOR)

Senhor Presidente.

Sem dúvida alguma, o deferimento do pedido de liminar, houve uma confusão no voto, porque o Des. Leopoldo, numa frase aqui, sintetiza quando ele fala: Uma



045

62

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

vez que inexistiu recurso manejado contra decisão monocrática em recurso de agravo na sua modalidade instrumental, em retido. Isso é um grande equívoco dele.

Como o processo veio pedido de liminar no mandado de segurança e tenho a Súmula, mas, a parte pediu, embutido, a reconsideração e ele não reconsiderou, vejo agora, realmente, o equívoco em que incorri.

Na verdade, se trata aqui, não é apreciando a questão do mandado de segurança, o mérito, para destrancar o trave do agravo de instrumento, porque, realmente, a parte interpôs, mesmo que indiretamente, o agravo regimental, que o desembargador admitisse; por que realmente cabe e a parte fez o pedido. Agora, essa decisão dele, data vênia, não está correta quando ele disse: não existe recurso manejado contra decisão monocrática. Existe o recurso, o agravo regimental.

Então, o Des. José Ivo está coberto de razão porque nessa ocasião, não vou entrar no mérito do mandado de segurança, se o direito é líquido e certo. Não cabe apreciar agora. O cerne da questão é de fácil entendimento, o mérito, mas, aqui, o que está se discutido é se cabia ou não e a parte pediu. O desembargador Leopoldo disse que não existia recurso manejado contra decisão.

Então, reflujo do meu voto no sentido de acolher, prefiro o agravo legal, mas, de transformar em agravo regimental para acolher a fim de ser destrancado e ter prosseguimento o feito.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ PERES (PRESIDENTE)

Aí, eu entendi diferente. Entendi que estávamos julgando o regimental para destrancar o mandado de segurança que tinha sido extinto e, aí, poderíamos até. O mandado de segurança é ação, na verdade, não é recurso. Se fosse recurso ele estaria maduro até para julgamento, mandado de segurança também estaria e poderíamos entrar no mérito do mandado de segurança.

Penso que poderíamos, aí, numa situação dessa, ir avançar até no próprio agravo. Não vejo porque isso ficar pendente, ainda, de acórdão, disso, daquilo, daquilo outro.

DESEMBARGADOR IVO DE PAULA GUIMARÃES

O mandado de segurança, excelência, o Ministério Público ainda não se pronunciou através de parecer.



046
63

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ PERES (PRESIDENTE)

Então, ficamos só nesta parte.

DECISÃO

"POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL PARA DESTRANCAR O MANDADO DE SEGURANÇA, PARA QUE TENHA O SEU DESENVOLVIMENTO REGULAR".

[Assinatura]